

GLOBALIZAÇÃO E FLUXO IMIGRATÓRIO: RAREFAÇÃO OU FIXAÇÃO DAS FRONTEIRAS?

Liana Cristina Giachini¹

André Luiz Lorenzoni²

Resumo: este artigo discute questões relacionadas à noção de fronteiras, abordando aspectos relacionados aos deslocamentos populacionais e à imigração em massa que vêm ocorrendo em nível mundial. Nosso objetivo é problematizar os modos de significar as fronteiras em diferentes condições sócio-históricas de produção. Nesse percurso, recuperamos a memória das relações do homem com o território e suas representações, deslocando noções da área da Geografia, para (re)significá-las no estudo do discurso, compreendendo como essas tensões se materializam na e pela língua, por meio da análise de imagens, que também se constituem como materialidades discursivas e, portanto, são sempre linguístico-históricas.

Palavras-chave: Fronteiras; Imigração; Globalização; Sentidos; Subjetividades.

Abstract: This text discusses issues related to the notion of frontiers, addressing issues related to population displacements and mass immigration that have been occurring worldwide. Our aim is to problematize the ways of signifying frontiers in different socio-historical conditions of production. In this way, we recover the memory of man's relations with the territory and its representations, displacing notions of the area of Geography, to (re) signify them in the study of the discourse, understanding how these tensions materialize in and through the language, through analysis of images, which also constitute discursive materialities and, therefore, are always linguistic-historical.

Keywords: Frontiers; Immigration; Globalization; Senses; Subjectivities.

1 Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria, Professora do Departamento de Engenharia da Universidade Estadual de Santa Catarina, Professora do curso de Pedagogia da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Coordenadora Pedagógica do Colégio Marista São Francisco. E-mail lianacristinagiachini@gmail.com>

2 Mestre em História, Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail andrellorenzoni@yahoo.com.br

[...]
*As barragens abertas
 as barreiras fechadas
 é de barro a fronteira
 é de medo o berro
 o sistema desterra
 faz homem em fera
 ferida aberta
 no peito
 de mais um jovem
 em calcutábogotá
 no centro do ceará
 uma chacina
 que não sara
 síria
 é a chaga
 viva
 de charle de gaulle*
 [...]
 Luíza Romão

Palavras iniciais

As fronteiras e seus modos de significar são questões que sempre nos inquietaram. Podemos afirmar que a busca por delimitar espaços não é uma problemática nova, pois, desde a “aurora do homem”, na história primitiva, com os primeiros processos de sedentarização socioeconômica, já se iniciavam, mesmo que de modo rudimentar, dinâmicas de delimitação de tempos e espaços político-culturais. Na realidade, da Pré-História às Grandes Navegações que marcaram a Expansão Marítima Ocidental, por exemplo, o homem demonstrou gradativo interesse em demarcar territórios, motivo pelo qual a própria noção de fronteira vem se (re) configurando, geralmente, em relativa conformidade com as condições de produção sócio-históricas que acompanham o desenvolvimento material e imaterial da humanidade.

Hoje, os olhares do mundo se voltam aos imigrantes e refugiados, considerados como uma espécie de “efeito colateral” do processo

de globalização, como “corpos sem lugar na Terra, encontrados à deriva”, conforme PAYER (2015, p. 53). E esse processo de transformação sobre o conceito de “lugar geográfico” também produz discursividades, materialidades múltiplas e diversificadas que fazem circular sentidos visíveis e invisíveis que escapam ao controle, que ultrapassam os limites do dizível e que, ao mesmo tempo, clamam por ser representados na e pela língua. É o caso do menino sírio Aylan Kurdi, por exemplo, encontrado morto após um naufrágio na Turquia, cuja fotografia viralizou e foi (re)significada por diversas linguagens artísticas ao redor do mundo todo.

O que dizer diante de tais imagens? Teria algum discurso o poder de captar o real da língua ou o real da história ou de se aproximar daquilo que é indizível, que falha porque não somos capazes de enunciar? Neste texto, procuramos compreender processos de (re)significação que se dão na constituição das concepções de fronteiras, imbricando relações espaciais, temporais, corporais e subjetivas do sujeito com o mundo, pois, como afirmam Félix Guattari e Sueli Rolnik (1986), tanto os sujeitos, como os sentidos se constituem mutuamente no contexto das relações de poder que se estabelecem no tecido social.

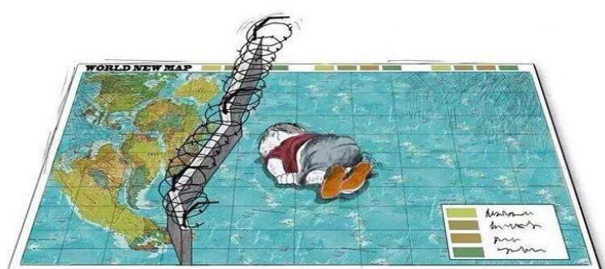
O sujeito, a meu ver, está na encruzilhada de múltiplos componentes de subjetividade. Entre esses componentes alguns são inconscientes. Outros são mais do domínio do corpo, território no qual nos sentimos bem. Outros são mais do domínio daquilo que os sociólogos americanos chamam de “grupos minoritários” (o clã, o bando, a turma, etc.) Outros, ainda, são do domínio da produção do poder: situam-se em relação à lei, à polícia, etc. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 34)

E, nessas redes de (re)significação, também as imagens são ditas e (re)significadas na e pela língua, quer dizer, a linguagem e a produção de sentidos subjetivos encontram-se imbricados numa relação quase simbiótica. Nesse sentido, buscamos pensar as fronteiras em sua historicidade, considerando

como as ideologias se materializam também por meio dessas (des)territorialidades. Portanto, problematizaremos questões relacionadas à globalização e aos sentidos historicamente produzidos em torno dessa nomeação, buscando confrontá-los na relação do homem com o território e as fronteiras, a partir da análise das imagens produzidas acerca da morte de Alain Kurdi em um corpus constituído de charges veiculadas no site *UOL Notícias*, em matéria intitulada *Charges Reagem à morte de menino refugiado*.

Berger e Huntington (2002, p. 12) nos dizem que “a expressão globalização ganhou peso emocional no discurso público”, produzindo diferentes sentidos. Segundo os autores, para alguns, o termo pode levar ao ideário de uma sociedade civil internacional, quedaria origem a uma nova era de paz e globalização. Por outro lado, pode significar a hegemonia econômica e política estadunidense, cuja consequência sociocultural seria “[...] um mundo homogeneizado, semelhante a uma espécie de Disneylândia em metástase” [...]. Para nós, as formações ideológicas e discursivas – subjetivas – são, em parte, determinantes do dito, do não dito e, inclusive, do por dizer, o que leva à polissemia em torno do termo. Analisemos algumas imagens produzidas em torno do acontecimento do afogamento do pequeno sírio.

Imagem 1: Charge atribui morte de menino sírio a um muro protegendo as fronteiras europeias³



Fonte: UOL Notícias. Disponível em <http://noticias.uol>.

³ Optamos por utilizar como títulos das imagens as legendas atribuídas pelo site para cada charge.

com.br/album/2015/09/03/charges-reagem-a-morte-de-menino-refugiado.htm. Acesso em 25 dez 2015.

Acreditamos que, por meio do efeito metafórico, a palavra globalização, como noção, pode vir a nos remeter a uma suposta totalidade, porém, como também carrega consigo o sentido de exclusão e até segregação, na medida em que produz o hiato de um não-lugar entre as fronteiras, o não-lugar ocupado pelo naufrago, pelo excluído, pelo expatriado, acreditamos corresponder muito mais a um processo de ocidentalização⁴:

Na verdade, o objetivo do império universal vem sendo perseguido pelo Ocidente desde o século XI, quando sua vontade de domínio se condensou na instituição eclesial latina, tornada poder nuclear da ordem social do feudalismo, necessitado de um poder estabilizador e propulsor da expansão externa. A Identidade do Ocidente foi então definindo-se em torno do poder da Igreja, com a ruptura com a Igreja Bizantina, com a sobreposição ao poder do Imperador e dos Reis, com a concentração e concepção hierárquica do poder em seu próprio interior e com a proposição, como corolário, do Império Universal da Cristandade. (DEL ROIO, 1998, p. 15)

A Imagem 1 explora o muro como oposição à abertura das fronteiras, especialmente em relação à Europa, efeito reforçado pela legenda *Charge atribui morte de menino sírio a um muro protegendo a Europa*. Nesse sentido, concordamos com Payer (2015), quando afirma que a simplificação de sentidos nos discursos *sobre* imigrantes, chama atenção, pela fixidez e obviedade com que se tomam as posições de sujeitos. Isso porque no discurso sobre a imigração é comum a dicotomização e a criação de efeitos de oposição e disputa cujas ressonâncias discursivas entram em funcionamento no imaginário que sustenta esse discurso sobre

⁴ Acreditamos que, como o termo globalização carrega sentidos múltiplos, podendo desencadear relativa pluralidade de sentidos positivos (democratização/integração) e de sentidos negativos (domínio/segregação), faz-se necessária sua problematização em sentido de criticar seu uso teórico e prático, pois tendo em vista a história da colonização do mundo pela Europa Ocidental, em seus diferentes momentos históricos, tem-se um mundo ocidentalizado: colonizado, agenciado e segregado pelo Ocidente e não um mundo globalizado, integrado e democrático.

os imigrantes. No caso da imagem supracitada, procura-se estabelecer um efeito de culpabilidade em relação à Europa, ou seja, é pelo fechamento das fronteiras que o incidente ocorre, o que reforça a imagem de adversário segregacionista construída no imaginário em torno de imigrante e país de destino.

A segregação é uma função da economia, subjetividade capitalística diretamente vinculada à culpabilização. Ambas pressupõem a identificação de qualquer processo com quadros de referência imaginários, o que propicia toda espécie de manipulação. É como se a ordem social para se manter tivesse que instaurar, ainda que da maneira mais artificial possível, sistemas de hierarquia inconsciente, sistemas de escalas de valor e sistemas de disciplinarização. Tais sistemas dão uma consistência subjetiva às elites (ou as pretensas elites), e abrem todo um campo de valorização social, onde os diferentes indivíduos e camadas sociais terão que se situar. Essa valorização capitalística se inscreve, essencialmente, não só contra os sistemas do valor de uso, como Marx descreveu, mas também contra todos os modos de valorização do desejo, todos os modos de valorização das singularidades. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 41)

Não integrar os códigos impostos pela cultura dominante, ser excluído, invisibilizado, segregado, são sensações que se materializam tanto no fato trágico da morte do menino sírio, como no apelo culpabilístico produzido pela representação sociocultural na charge analisada. Nessa perspectiva, “o emprego de ‘globalizar’ referindo-se a uma realidade que divide, marginaliza, expulsa e exclui, não por acidente ou casualidade, mas como regularidade ou norma, passa por cima desta regularidade ou norma, dificultando a sua percepção e mesmo omitindo-a” (LIMOEIRO-CARDOSO, 1999, p. 106). Assim, dá-se o efeito metafórico, entendido por Michel Pêcheux (1990) como uma substituição contextual capaz de produzir deslizamento de sentidos entre os termos, processo este que os afasta da literalidade, e a partir do qual é possível pensarmos em exclusão, renegociando sentidos com a memória do já-dito e isso também se dá na imagem, como materialidade

significante. Afinal, conforme nos aponta Orlandi (2005,p.205),

Nada é indiferente na instância do significante. [...] Os diferentes materiais e as diferentes superfícies determinam diferentes relações com/de sentidos. Escrito, ou oral, letra ou sinal, superfície plana ou multidimensional, parede, papel, faixa, letreiro, painel, corpo. Textura, tamanho. Cor, densidade, extensão, tudo significa nas formas de textualização, nas diversas maneiras de formular. Jogo da formulação, aventuras dos trajetos que configuram sua circulação. Acaso e necessidade.

A charge é composta por essas diferentes formas materiais, e compreendemos que, na Imagem 1, os sentidos constituídos em torno das fronteiras no *World New Map*⁵ produzem um efeito de enrijecimento, oposto à integração e à utópica convergência de renda almejada em torno do suposto processo de globalização. Tal efeito se dá pela associação do determinante *New* (novo) à representação imagético muro que segrega o pequeno refugiado ao oceano, impedindo sua chegada ao destino almejado, deslocando os sentidos de abertura de fronteiras da globalização. Tal materialidade nos permite “observar a relação do real com o imaginário, ou seja, a ideologia, que funciona pelo inconsciente” (ORLANDI, 2012, p. 72), na medida em que as imagens produzem sentidos na e pela língua. De acordo com Pêcheux, passamos a compreender

[...] não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória ‘perdeu’ o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições). (PÊCHEUX, 2007, p. 55).

De modo relativamente “análogo”, Foucault problematiza o discurso como um suposto saber poder sobre a suposta ideia de verdade, quer dizer, o discurso enquanto produto e produtor de verdades e sentidos de verdade e, conseqüentemente, de poder nas relações sociais. Para Foucault, a história

5 Novo Mapa do Mundo (tradução nossa).

da humanidade é a história dos jogos de poder em torno dos discursos subjetivos que se produzem e materializam temporal e espacialmente, quer dizer, as relações sociais não são apenas permeadas por discursos de poder, mas, elas – as relações humanas – são as próprias relações discursivas de poder e subjetividade. No discurso do *World New Map*, não há espaço de poder para esse ser humano que migra, que se constitui como ameaça, como invasor, mesmo que o aumento no contingente de população que se desloca hoje de áreas de conflitos, fome e crises diversificadas no norte africano e na Ásia seja considerado por alguns autores como um movimento economicamente previsto, pois

[...] apresenta-se como um desafio de tipo novo à administração e ao jurídico, que titubeiam no seu gerenciamento individual, por estado, de modo que estruturas e articulações supra-estatais necessitem entrar em cena. As ações de cada estado de rigor na fiscalização à entrada não documentada, intensificação de vigilância, deportações, fechamento do Eurotúnel, para não mencionar outros atos extremos da sociedade, mostram-se insuficientes. A regulação do estado não contém, como outrora, o estado de coisas que se apresenta. (PAYER, 2015, p. 30)

As concepções em torno dessas “condições de produção” nos instigam, nesse estudo, a tomar de empréstimo termos de outras áreas de conhecimento, deslocando-os para mobilizá-los na Análise do Discurso. Lança-se mão, portanto, da compreensão da noção em torno do conceito de fronteiras e suas respectivas implicações no campo teórico, considerando que as fronteiras só se formam em oposição à unidade da globalização, ou seja, só há [supostos] territórios (lugares) delimitados porque não existe a [suposta] unidade em si. Na sequência, procuramos problematizar a memória das relações subjetivas do homem com o espaço geográfico, para compreender como se dá essa relação de oposição de poderes, constitutiva também dos dizeres, uma vez que “tal conjunção [...] redistribui a maneira como os corpos

falantes estão distribuídos numa articulação entre a ordem do dizer, a ordem do fazer e a ordem do ser” (RANCIÈRE, 1996, p.66).

Os homens e o globo – do velho ao não tão novo mundo⁶

Olho o mapa da cidade

Como quem examinasse

A anatomia de um corpo...

(Mario Quintana)

Foram os gregos antigos os primeiros a trazer a ideia da Terra como esférica e, por acreditarem na origem divina do planeta, apontavam a esfera como a forma geométrica mais perfeita. A gênese da palavra globo, para MATTELLART (2002, p. 21), “se bifurca”. Originada do Latim, inicialmente, a nomeação designava pelotão e era definida na *Encyclopédie de d’Alembert e Diderot* como a ordem circular em que se formava uma legião romana cercada pelo inimigo. No entanto, no início do século III, o globo foi adotado pelo imperador romano Caracalla como símbolo de seu império, marcado ao mesmo tempo por crimes e atrocidades e por outorga de alguns direitos de cidadania romana a todos os seus súditos. Ao ser recuperada pelos príncipes cristãos, a figura do globo foi adornada pela cruz. Ainda conforme MATTELLART (2002, p. 22), “o primeiro globo terrestre conhecido, ou mapa-mundi, ainda muito rudimentar, [...] só é fabricado no último decênio do século XV. Ele só se torna um jogo de saber-poder geográfico no início do século seguinte”.

6 Geograficamente, o território mundial está dividido em cinco grandes continentes (África, Europa, Ásia, América e Oceania), já historicamente, se colocam três grandes macrorregiões distintas, mediante a “análise” dos processos sócio-históricos e político-culturais engendrados nas respectivas territorialidades/temporalidades (Velho Mundo: África, Europa e Ásia, “primeiramente” ocupados pelo ser humano primitivo – Novo Mundo: Américas, ocidentalizadas no período da Idade Moderna Ocidental – e Novíssimo Mundo: colonizado pelo Ocidente a partir da Idade Contemporânea Ocidental.

Outro ponto importante na história do pensamento relacionando ao movimento geográfico com as divindades clássicas e atuais é a intensa relação com o cristianismo. Contudo, apesar da crençano ideal de unidade do humanismo cristão, é em nome de Cristo que se armam os exércitos para combater os infiéis, ou seja, só há unidade entre os fiéis se esta for baseada na exclusão dos infiéis. E é nesse ponto que a universalização⁷ almejada demonstra os limites de seu funcionamento e isso nos leva a pensar em dois aspectos. Primeiro, que o próprio discurso religioso produz ressonâncias no discurso sobre a constituição da globalização, acompanhando a humanidade desde o seu alvorecer; e, segundo, que o ideário de unidade da fé cristã está imbricado na noção de globalização, reforçada pela padronização das crenças, costumes e línguas, ao mesmo tempo em que contribui para o surgimento das noções subjetivas de fronteiras (fiéis e infiéis – eu e o outro).

E os antípodas (opostos, “diferentes”) neste processo? “Durante o e evoluir histórico do Ocidente, o subalterno sofre um contínuo processo de recriação social e cultural [...] por meio de instituições encarregadas da reprodução ideológico-cultural da ordem, ao mesmo tempo que compõe fragmentárias visões de mundo e formas de ação político-cultural de assimilação ao poder vigente. (DEL ROIO, 1998, p. 34)

Nessa perspectiva, segundo Di Renzo (2005, p. 229), o efeito de apagamento da historicidade permite essa distinção, que leva à dominação, uma vez que [...] o próprio modelo de igualdade é histórico, mas, no fundo, nós a proclamamos como um direito universal, desconsiderando sua forma histórica. Na “verdade”, é a *deshistoricização* presente nesse “universal” que gera o princípio

7 Foucault (2006), problematiza o sujeito e suas entidades constituídas, questionando a naturalização do conceito de sujeito universal e demonstrando que ele – o sujeito – não é natural, mas, histórico-social. De acordo com Goldman (1998, p. 97) o pensador francês “amputa de suas análises o sujeito trans-histórico, substituindo-o pelo estudo das formas de subjetivação ligadas à ética subjetiva em torno do sujeito. (LOPES, 2000, p. 293)

da dominação. Nessas condições de produção, em que se dão as Grandes Navegações, convivem discursividades que vão das narrativas míticas – cristãs ou pagãs – aos ensaios científicos, ambos querendo se valer como sentido de verdade e, conseqüentemente, de poder. Dessa forma, “*fundamentados em crenças religiosas, os mapas mostravam lugares terrestres misturados a imagens bíblicas. Não havia fronteira entre o mundo humano e o mundo sobrenatural (MOREIRA, 2002, p.49)*”, e, em nome da “razão” ou da religião, muitas sociedades foram agenciadas e/ou dizimadas⁸.

Mattelart (2002) destaca o efeito da imposição de uma cultura escrita a povos de tradição oral, narrando a tomada de Cuzco por Pedro Pizarro⁹. É nesse choque cultural do colonizador com o indígena – o Outro¹⁰ – que se atesta a impossibilidade da escuta, da compreensão ou sequer do respeito às diversidades, refletido o poder discursivo dos conceitos de fronteira e globalização, sobretudo no que diz respeito às suas falhas equívocas. Porém, por mais que as civilizações de cultura oral tenham sido aparentemente quase extintas, elas “resistem” de diversas formas no decorrer dos séculos, seja em traços da cultura popular local que se fixam e emergem na memória, geralmente atualizados pelas redes de sentido que se constituem em torno deles, seja pelo discurso institucionalizado do historiador ou pelo silêncio institucionalizado das ruínas como materialidades significantes.

8 É o caso do Peru, que viu sua população diminuir rapidamente a cerca de 80% com a chegada dos espanhóis, em virtude da fome, dos abusos, guerras, epidemias e as repercussões da conquista no nível do comportamento biológico, que “provocaram uma verdadeira hecatombe” (MATTELART, 2002, p 34).

9 Quando Pizarro oferece ao inca Atahualpa uma bíblia, este a leva ao ouvido e, como o objeto nada lhe dizia, joga-o ao chão, atosacrilégio que levou ao início do massacre desse povo.

10 O Outro enquanto conceito histórico remonta às relações clássicas entre Ocidente e Oriente, quer dizer, o Ocidente enquanto fronteira limite territorial só se esboça à medida que se distancia e diferencia do seu oposto, do seu adverso: o Oriente. Também o sujeito subjetivo ocidental vai constituir-se na relação dualista entre Ocidente e Oriente, na qual o Outro – Oriente – configura o espectro do inimigo a ser combatido, e vice-versa.

Os ameríndios forma de início vistos como outro igual, mas incompleto como a infância [...] faltava a cristianização e o reconhecimento da soberania do Ocidente para se tornarem homens completos. A alteridade não pode ser aceita, pois humanidade reconhecida é a do Ocidente, que aceita apenas a submissão completa. [...] A existência de um novo continente entre Oriente e Ocidente, que surgira como Oriente, mas foi inventado e reinventado como extremo Ocidente. (DEL ROIO, 1998, p. 21)

O ideal de universalidade de direitos e de espaço perpassa a sociedade modelo idealizada por Thomas More, em sua Utopia, texto em que o autor apresenta um modelo de organização espacial, construindo uma nova elaboração do contexto urbano. Para Mattelart (2002, p. 25), esse é um momento importante de tomada de consciência espacial do Ocidente e, “por ser concebida nas trilhas da descoberta do “novo mundo, essa cidade ideal suscitou verdadeiras iniciativas de reforma social com vistas a subtrair os índios do poder arbitrário dos proprietários de terra ou *encomenderos*”¹¹. Nesse sentido, no século XVII, o direito das pessoas passa a constituir não mais uma sociedade predominantemente cristã – cristandade –, mas humana – humanidade¹². Conforme Paim (2009), o utopista propõe uma sociedade ideal, em que reinam os valores humanistas: a liberdade e a igualdade, a paz e a ordem, a justiça e a lei”, afastando-se do ideal de paraíso cristão, por acreditarem na realização dessa “premissa democrática” no próprio tempo histórico do “real”.

11 Grifos do autor.

12 Até o Renascimento Ocidental dos séculos XV-XVII, o conceito “individualista” de humanidade esteve relegado ao “longínquo” passado greco-romano, tendo em vista de que a Igreja Católica, como força propulsora e controladora suprema da vida material e imaterial na Idade Média, estabeleceu como contraponto a ideia de cristandade, de comunidade de Cristo.

Consideramos interessante apontar que, ao recortarmos as materialidades discursivas que compõem nosso *corpus* discursivo, buscamos possíveis “regularidades” em torno da rede de sentidos que se forma em torno do termo *humanidade*. Nessa rede de repetibilidade, atravessado o efeito de evidência, apontamos a existência de deslocamentos que permitem a emergência da polissemia, por meio de “[...] movimentos que afetam o sujeito e os sentidos na sua relação com a história e a língua” (Orlandi, 1999). Observemos nas charges a seguir o funcionamento da memória discursiva em sentidos que nos remetem a formações discursivas que se entrecruzam.

Imagem 2: Em turco, cartunista escreve ao lado da imagem de Aylan Kurdi: “a humanidade tem progredido, já não aparece mais!”



Fonte: UOL Notícias. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/album/2015/09/03/charges-reagem-a-morte-de-menino-refugiado.htm>.

Acesso em 25 dez 2015.

Imagem 3: Ao abraçar Aylan Kurdi, um anjo diz: espero que a humanidade encontre a cura para os vistos de entrada¹³



Fonte: UOL Notícias. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/album/2015/09/03/charges-reagem-a-morte-de-menino-refugiado.htm>. Acesso em 25 dez 2015.

Os efeitos de sentido em torno da palavra humanidade podem ser sempre outros em relação à formação ideológica de quem reproduz e interpreta os enunciados. Dessa forma, a língua não pode ser concebida como transparente, uma vez que, os sentidos estão sempre em movências e/ou transvalorações¹⁴, sendo determinados pelas condições de produção material e imaterial da memória. Scherer e Taschetto (2005) afirmam que “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação”, de modo que a enunciação deve ser considerada como “operações que regulam a retomada e a circulação do discurso” (SCHERER; TASCETTO, 2005, p. 122).

Nas Imagens 2 e 3, os cartunistas produzem dizeres relacionados aos “avanços” da humanidade. Na Imagem 2, há um deslizamento de sentidos em relação ao progresso, uma vez que a locução verbal *tem progredido*, associada à imagem e à oração que a complementa—*já não aparece mais*—produz um efeito de ironia, próprio do discurso humorístico e crítico do gênero charge. A *humanidade* (a raça humana) como substantivo concreto, como sujeito agente na primeira oração, desliza, por meio do mecanismo da elipse, o que produz o efeito metafórico em que passa a significar como sentimento, como característica do ser humano. Assim, *abumanidade*, que diferenciaria o ser humano dos demais animais e remete à coletividade, ao ideal utópico de igualdade e justiça, perde-se ao ser relacionada à imagem do pequeno garoto a quem foi negado o direito à vida, a um território, a um lugar no mundo. Tais deslizamentos só são possíveis por conta do trabalho da memória, que “atualiza” os dizeres no momento da enunciação. Mariani (1996) afirma que a memória discursiva é parte de um processo histórico que resulta de uma disputa de interpretações para acontecimentos presentes ou já ocorridos.

13 Tradução nossa.

14 Aludindo à obra de Friedrich Nietzsche “Humano, demasiado humano” (1878), na qual o filósofo alemão realiza uma crítica aos sentidos de valor atribuídos de forma impositiva pela ordem discursiva ocidental dominante em torno da tônica da singularidade subjetiva do sujeito humano universal. Nessa obra, Nietzsche critica a modelização impositiva de valores sociais exercida pela civilização ocidental, em prol da transvalorização subjetiva singularizada dos sujeitos, quer dizer, abandona-se a premissa repressiva do discurso estabelecido coletivamente, em favor da produção dos próprios esquemas de valores e condutas individuais.

A memória é muito importante e tem um poder desestabilizante; pode também produzir pluralidades de significados e tempos, ou melhor, pressupõe-se isso [...] Em torno da perspectiva da memória se colocam diversas questões ao nível do sensível, pois “a experiência carrega consigo a noção de sentidos, vividos e temporalidades, elementos fundamentais para viver a vida cotidiana e entender a passagem dos tempos [...] tem muito a ver com subjetividade: é manifestação de indivíduos motivados por representações, imaginários, estratégias, consciência do vivido e dos tempos que mudam; é uma espécie de atestado e antídoto da passagem do tempo, é uma força de contraponto [...] a memória uma espécie de representação de signos de experiência e de consciência; representação que precisa enfrentar o espaço e o tempo e que auxilia na compreensão pragmática e simbólica que temos de nossa experiência, de nosso passado. (TEDESCO, 2011, p. 111)

Portanto, a memória é ritual, pois se processa em torno de momentos que se fazem importantes à lembrança e elas necessitam de história, tradição e simbologia em suas construções e reconfigurações. O convívio social é produto e produtor de memórias que se fazem presentes e/ou esquecidas, geralmente em conformidade com os contextos de relações de poder e subjetividade vivenciados.

O sentido de progresso é retomado na Imagem 3, relacionado à ciência¹⁵. Nesse recorte, há ressonâncias do discurso religioso na presença do anjo que acolhe o menino morto, enquanto a *humanidade* é responsabilizada por encontrar, no tempo histórico, a cura para um dos “males sociais” da atualidade. Na oração subordinada *que a humanidade encontre a cura para os vistos de entrada*, o efeito de sentido é produzido pela substituição do complemento nominal do substantivo *cura*, que, em sua literalidade, é normalmente associado a doenças. Desse modo, compreendemos que a história se inscreve no discurso, na relação constitutiva entre linguagem¹⁶ e história, e que o processo discursivo se

dá sob condições subjetivo-ideológicas e histórico-sociais. Nesse deslize de sentido, *os vistos de entrada* passam a significar como doença, como epidemia que mata milhares de imigrantes e refugiados ao atravessarem as fronteiras territoriais que os separam das condições mínimas de sobrevivência.

O surgimento das fronteiras

*Encheram
a terra de fronteiras,
carregaram o céu
de bandeiras,
mas só há duas
nações –
a dos vivos e dos
mortos.*

Mia Couto

Podemos dizer que o abandono da universalidade cristã fortalece a ideia de fronteira nacional e Estado-nação, especialmente em decorrência do debate jurídico sobre a liberdade de navegação marítima, que aquece as discussões acerca do direito de comunicar e de comercializar e “a inovação e o progresso material começam a entrar na paisagem utópica” (MATTELART, 2002, 47). Para Santos (1994, p.234), “os sistemas de objetos, a espaço-materialidade, formam as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço”. Contudo, ainda que pensemos no deslocamento do desejo de unidade da fé cristã para o sentimento de nacionalismo¹⁷, não há como apagar o vazio dessa

sentidos no gênero charge, compreendendo que ela se define na relação necessária entre o indivíduo e a exterioridade.

17 O conceito de nacionalismo corresponde à ideologia em que o sujeito assume um compromisso de lealdade ao Estado Nacional originário. Desde o Renascimento (séculos XV-XVII) até o Iluminismo do final do século XVIII, a ideia de nação permaneceu como ideia meramente filosófica. Os conceitos de nação e nacionalismo atuais são característicos da “Europa Ocidental Revolucionária e Progressista”

lembrança que, segundo Mattelart (2002), voltará com força em cada nova tentativa de unificação do mundo ou do continente europeu, ou seja, no pensamento Ocidental-Ocidentalizado.

Em Análise de Discurso (AD), fronteira é uma noção muito cara, especialmente em textos que discutem essa constituição disciplinar. Porém, é preciso discutirmos a polissemia e as infinitas redes de sentido constituídas em torno dessa nomeação, tanto em AD quanto em outros campos disciplinares. Iniciaremos nossas discussões acerca desses sentidos, recuperando interessante análise etimológica realizada por Haesbaert(2004) em que discute as origens da palavra território sob a ótica da geografia humana. O autor recorre ao *DictionnaireÉtomologique de la Langue Latine*, de Ernout e Meillet e ao *Oxford Latin Dictionary*, para apontar a proximidade etimológica entre *terra-territorium* e *térreo-terror*(aterrorizar-se, aquele que aterroriza). Nessa análise, a etimologia popular mescla terra e térreo, ou seja, terra e terror. Conforme o autor, ROBY (1881) também coloca um ponto de interrogação junto ao termo que teria dado origem à palavra *territorium* (p. 363) – “lugar de onde as pessoas são expulsas ou advertidas para não entrar”. Compreendemos, assim, que há no mínimo dois sentidos “essenciais” em circulação em torno do território: um relacionado simplesmente à questão espacial, e outro que aponta para os elementos mais subjetivos – o medo, a exclusão e o terror, que talvez ressoem no discurso sobre as fronteiras na era da globalização.

dos séculos XVIII e XIX, pois foi somente na França Revolucionária, onde as classes (burguesia e povo) tiveram de se unir em prol de uma causa comum (o absolutismo), que o conceito de nação adquiriu entono político, por assim dizer. No século XIX, a ciência e o Estado estabeleceram o modelo panóptico de civilização no Ocidente, com mecanismos e dispositivos específicos de exercício de poder que passaram a agenciar as subjetividades singular-coletivas na cultura Ocidental. A partir de 1850, principalmente, o Estado tornou-se maior que o sujeito e a ideia de nação passou a compor as conversas em geral. Paulatinamente, o Estado Nacional, enquanto dispositivo de exercício de poder, controle e disciplina, “substituiu” o espaço antes ocupado pela religião católica de organização e segregação sócio espacial.

Na Imagem 1, essa advertência (terror e negação do espaço) é materializada por meio do muro, reforçado pelo arame farpado, que fere e repele o invasor. De acordo com Vargas, Medeiros e Beck (2011), na imagem, podemos analisar o que é da ordem do visível e do invisível. Enquanto o primeiro (visível) se formula por meio de uma rede parafrástica, isto é, uma rede em torno do repetível, do mesmo, do estabilizado, aquilo que é da ordem do invisível remete a um todo complexo extralinguístico, na possibilidade polissêmica que “pode fazer emergir a diferença no interior das regularidades, via uma **rede interdiscursiva**, que comportaria todo o conjunto possível de imagens, aquelas esquecidas, apagadas, negadas” (VARGAS; MEDEIROS; BECK, 2011, p. 46. *Griço dos autores*).

Também se pode aferir que a ideia de globalização deveria ter efeito de diminuição das distâncias entre as nações e de aceleração da velocidade das relações e, nesse mundo da agilidade nas relações espaço-temporais, “a força dos fracos é seu tempo lento”(SANTOS, 1994,p.81). E essa força dos fracos é a força dos naufragos, imigrantes ou refugiados, que se deslocam espacialmente para escapar ao terror da exclusão, que agora amplia seus contornos, mas que conserva os ares da relação fiéis/infiéis, civilizados/ selvagens, pobres/ ricos, desenvolvidos/em desenvolvimento/ subdesenvolvidos, cristãos/islâmicos, Oriente/Ocidente.¹⁸ Com esses muros farpados, pela ocupação dos territórios, as pessoas passam a ser nacionalizadas e agenciadas em fronteiras baseadas na (re)organização dos espaços e na (re)ocupação de novos territórios em nome de um Estado-nação, ou seja,

18 Optamos por essas nomeações, porém compreende-se quecorrespondem a conceitos abertos, fluidos e que“novas” classificações (re)surgem a cada análise realizada acerca dos países e seu respectivo poderio socioeconômico e político-cultural.De acordo com Marco Del Royo, “o Oriente [por exemplo] constitui a representação do outro por excelência do Ocidente, seu verdadeiro antípoda, seu complemento perverso, tido por inferior, desprezível.” (DEL ROIO, 1998, p. 15)

A organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo. No capitalismo, este trabalho realiza-se sob o comando do capital, quer dizer, dos diferentes proprietários dos diversos tipos de capital. Também é realizado através da ação do Estado capitalista. Isto quer dizer que o capital e seu Estado são os agentes da organização do espaço. Daí falar-se em espaço do capital.

(CORREA, 1998, p.60-61)

E, neste momento, retomamos nosso olhar ao menino representado na Imagem 1 e ao grupo social que ele representa. Compreendemos que, no caso do refugiado, os sentidos relacionados ao território estão engendrados nessa rede de sentidos que se constitui na contradição entre o terror do território que ocupam e a utopia da busca por uma (re)territorialização, por meio até mesmo da clandestinidade. É intrigante pensar esse *não-lugar* ocupado pelo refugiado, expulso de seu território¹⁹ por ser considerado estrangeiro dentro do próprio país e indesejado no local de destino, por materializar em si o diferente, o excluído, o apátrida.

É nesse sentido que pensamos a fronteira, alicerçada nas ideias da historiadora Pesavento (2001, p.7-8), que as concebe como ancoradas na territorialidade²⁰, desdobrando-se no político. Para a autora, a fronteira se constitui tanto como espaço de encerramento ou limitação de conteúdos e sentidos – e esse conceito se amplia aos domínios do simbólico e do pertencimento –, como referência imaginária que se define na diferença e na alteridade. Compreender a importância de problematizar a noção de fronteira²¹ como categoria analítica que

19 Santos (1994, p.78) afirma que o território “[...] significa objetos, ações e a constituição de redes, podendo ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico socialmente organizado [...]”.

20 “A territorialidade é compreendida como simbólica, relacional e dinâmica, mudando no tempo e no espaço, conforme as características de cada sociedade.” (RAFFESTIN, 1978 apud SAQUET, 2009, p.78)

21 Importante salientar os importantes estudos de Antônio Gramsci (1891-1937) sobre as múltiplas noções hegemônicas de fronteiras; linguísticas, sociais, políticas, econômicas, culturais, subjetivas, espaciais, etc., onde até mesmo as hegemonias só se processam em oposição às não hegemonias – fronteiras se produzem em relação à fronteiras.

nos ajuda a desvelar os processos identitários que se dão nessa reconfiguração do cenário migratório implica, então,

pensar a fronteira como forma diferenciada de organização territorial daquela da lógica capitalista [...], pois a fronteira constitui um recorte analítico e espacial de diversas realidades sociais, políticas, econômicas e culturais. Enquanto categoria de análise espacial, ela envolve a problemática da volatilidade do capital e das relações de produção pelo território. Além disso, a fronteira é palco para conflitos transculturais e identitários. (GEMELLI E SOUZA, 2011, p.103)

Esses conflitos se tornam mais visíveis especificamente em épocas de imigração²² em massa, o que não significa que só ocorram nessas condições de produção específicas. Em relação ao processo de imigração, Payer (2015, p.30) acrescenta que, no que concerne aos mecanismos considerados sem parâmetros na história, especialmente no processo de globalização econômica, esse fluxo de mobilidade expõe aspectos que permitem “compreender a imigração de modo amplo, incluindo a especificidade do processo de constituição subjetiva de sujeitos em tal experiência histórica, principalmente na imigração em massa, em relação à linguagem, ao ideológico e ao simbólico”.

Recuperamos o estudo trazido por Hanciau (2005, p. 3) acerca das relações de sentido em torno da palavra lugar, operando um deslocamento, para que possamos compreender o descentramento do processo migratório que vem acontecendo na atualidade, quando há uma mudança do foco migratório, antes focado à Europa e aos Estados Unidos. A autora aponta as muitas noções cunhadas para designar as zonas criadas pelo descentramento migratório:

22 O conceito geográfico de migração corresponde aos movimentos ou deslocamentos populacionais e apresenta variações na grafia e sentido: emigração que corresponde aos movimentos de saída de uma determinada localidade; e imigração que corresponde aos movimentos de entrada em uma determinada localidade.

Entre-lugar (S. Santiago), lugar intervalar (E. Glissant), tercerespacio (A. Moreiras), espaço intersticial (H. K. Bhabha), thethirdspace (revista Chora), in-between (Walter Dignolo e S. Gruzinski), caminho do meio (Z. Bernd), zona de contato (M. L. Pratt) ou de fronteira (Ana Pizarro e S. Pesavento), o que para Régine Robin representa o hors-lieu. (HANCIAU, 2005, p. 3)

As fronteiras físicas se constituem, então, como um espaço de forças espacialmente delimitadas para o exercício do poder de forma que não podem ser analisadas sem que sejam levados em conta os mecanismos subjetivo-ideológicos que nelas operam, uma vez que, o aspecto político está constante no próprio processo de funcionamento. O espaço enquanto territorialidade material é finito e, mesmo assim, não cessa de se dividir, atravessado por diferenças econômicas, étnicas, linguísticas, religiosas, políticas, sociais, culturais que passam a estabelecer os limites particularizados da mobilidade, do desejável à urbanidade.

Segundo Foucault (2006), as fronteiras podem ser vistas como estratégias-dispositivos²³ de poder que devem ser comunicadas, discursivizadas, negociadas, impostas, etc. a partir do lugar que ocupam nas relações de poder e subjetividade. Depreende-se que, os imigrantes ou refugiados oriundos desse processo de globalização moderna que acompanha profundas transformações no mundo das relações de trabalho, consumo e produção têm uma conexão diferente com as fronteiras e ocupam um lugar discursivo heterogêneo, marcado pelas contradições e pela diversidade das condições de produção sócio-históricas nas quais estão inseridos. Essa diferença se dá, inclusive, na forma como são discursivizados (nomeados ou designados), na medida em que o próprio estatuto de imigrante e refugiado, categorias juridicamente diferentes, acabam por deslizar e, no senso comum, designar o mesmo.

Globalização e Fronteiras – a relativização da solidariedade?

Mas, naquele dia, a lixeira reagiu de forma imprevista, abstendo-se de cumprir a missão que já tantas mães solteiras, desesperadas ou não, lhe confiaram. Ficou surda aos argumentos sociais, morais e econômicos que demonstram a inconveniência de salvar-se uma vida de origem equívoca e de custeio incerto. Guardou a menina como a lixeira pode guardar, sem qualquer cuidado higiênico ou resquício de conforto, mas guardou-a.

(Carlos Drummond de Andrade)

Ao atravessar as fronteiras de seus países, para diferentes destinos, como “representante” da falácia do *sonho americano*, que ultrapassa a fronteira dos Estados Unidos, esse sujeito imigrante ou refugiado o faz determinado por algumas condições. Para compreender essa condição de sobrevivência, esse processo de imigração, segundo PAYER (2015, p. 53), devemos considerar algumas etapas, entre as quais estão “1) a “escolha” de imigrar para sobreviver; 2) o percurso – trajeto, viagem – da imigração com seus riscos inelutáveis; 3) a instalação imediata em outro país e 4) a permanência e adaptação subsequentes”.

23 Foucault (2006) estuda os dispositivos de agenciamento, de controle, de domínio e de disciplinarização que os interstícios microfísicos do exercício do poder exercem sobre os sujeitos em diferentes e complexas dimensões, mecanismos, instituições, processos, territórios. Para o pensador francês, os dispositivos de poder correspondem às instituições de exercício do poder, incluindo suas formas de produzir e incidir na experiência/inscrição singular-social humana.

Essa integração socioeconômica idealizada pelo suposto processo de globalização produz o efeito de um novo espaço social, político, econômico e cultural que é, em parte, fruto da contradição entre a fixidez das fronteiras físicas— que repelem o indesejado (imigrante) – simultaneamente ao fluxo de lugares geográficos e sociais, o que vem a alterar, por sua vez, os vínculos e as relações de identidade e de identificação constituídas nesse processo de (re)territorialização. DOLFUSS (1993, p.27) nos diz que essa dinâmica iniciou ainda com as respectivas “partilhas do mundo”²⁴ em unidades territoriais, etapa que o autor denomina de “pavimentação do mundo”. A partir dessa integração social e territorial, com os fluxos migratórios cada vez maiores, surge um “mal estar”²⁵ em relação ao estrangeiro, que passa a ser visto como adversário, o inimigo a ser combatido. Dessa forma, “concorrentes no trabalho, inimigos da pátria, indesejáveis raciais e culturais, estereótipos logo se assentam no imaginário como fantasmas de discursos instituídos” (PAYER, 2015, p.31).

Assim, com o fluxo de mobilidade humana em curso, a ajuda humanitária enviada ao imigrante para que sobreviva às dificuldades que possa encontrar em seu território de origem dá lugar a outro sentimento, e os sentidos se voltam à competitividade do mundo capitalista reforçado pelo processo de globalização, quando ele atravessa

24 Historicamente, o mundo foi geopoliticamente dividido, “ao gosto” Ocidental, pelo menos em dois momentos extremamente significativos: no período das Grandes Navegações, com a conquista e colonização das Américas no início da Idade Moderna (séculos XV-XVII) e, com a partilha e neocolonização da África, Oceania e parte da Ásia, com o nacional-imperialismo da Idade Contemporânea (séculos XIX-XX). É importante salientar que, em ambos os momentos, a exploração, exclusão e segregação permearam a ação europeia sobre as territorialidades e populações conquistadas e colonizadas.

25 Freud apontou para o espectro do “mal-estar na civilização”, ao apontar a renúncia das sínteses desejantes singularizadas como necessidade primordial para a emergência e consolidação da própria ideia de civilização Ocidental. Porém, também a empatia, o medo, o ódio, a repulsa, a exclusão e a segregação correspondem a elementos que produzem mal-estar, tanto nos que sentem/praticam tais materialidades, como, principalmente, nos que são acometidos por tais práticas/sentimentos.

as fronteiras e passa a disputar um lugar. E que lugar é esse que passa a ser ocupado por esse sujeito imigrante ou refugiado, que foge de seu país, carregando consigo memória e história, vínculos com a língua e com a territorialidade que o constitui? Em meio a tragédias ambientais, guerras e conflitos provocados pelo ego humano, esse sujeito sulcado pelas cicatrizes da memória, num efeito de não-pertencimento, já não luta pela cidadania política, mas pela sobrevivência elementar.

Entendemos que as fronteiras às quais nos referimos neste texto vão muito além de marcos ou linhas – imaginárias ou não – cartográficas, porque atuam muito mais no controle, do que no acesso a uma nacionalidade/territorialidade. Essas fronteiras são também identitárias²⁶ e, muitas vezes, impossibilitam a identificação do sujeito com a própria espécie humana, na busca de um lugar que é um não-lugar, na desterritorialização dos corpos e na desumanização do humano, como nos apresenta Payer (2015, p. 42)

A deriva no transcurso da água, significativamente um ‘lugar’ e caminho de não-território, materializa as fragmentações dos limites fixados nas fronteiras. Convocação e provocação roçam os limiares da resistência do humano e colocam questões jurídicas e administrativas pungentes no jogo das comunidades em blocos, das nações e do capital.

Compreendemos, portanto, que a imagem só significa na e pela língua, que também é lugar do irrealizável. Em outras palavras, é impossível apreender todos os sentidos ao mesmo tempo, pois sempre haverá na língua o por dizer, uma vez que,

26 Para Denys Cuche, identidade é a “construção que se elabora em uma relação que opõe o “eu” ou o grupo aos outros “eus” ou grupos em contato.” Para o autor, esse confronto possibilita a percepção das singularidades, pois a ideia de identidade “surge” como um “meio termo” entre a visão que o próprio grupo faz de si (auto identidade) e a que os outros têm sobre ele (hetero identidade) Para Cuche, “em uma relação de dominação caracterizada, a hetero identidade se traduz pela estigmatização dos grupos minoritários [...] definidos como diferentes em relação à referência que os majoritários constituem.”

o real se manifesta como partícula – aquilo que é da ordem do não-todo. Enquanto nesses caminhos, nesses mares, há espaço para todos, que precisam seguir num ciclo de imigração infinita, tendo o mar como refúgio, ou como abrigo, e o menino morto é acolhido pela areia da praia, assim como a lixeira acolhe a criança abandonada pela mãe, na crônica de Drummond, ambos rejeitos de uma sociedade do consumo, que já não lutam pela igualdade de direitos ou pela cidadania, mas pela sobrevivência fisiológica.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. D. de. **Poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, [19-]. v.1
- BERGER, P., HUNTINGTON, S. **Muitas globalizações: diversidade cultural no mundo contemporâneo**.
- CORRÊA, R. L. **“Posição geográfica de cidades”**. Revista Cidades. V. 1, n. 2, p. 317-323, 2004.
- _____. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- DEL ROIO, Marcos. **O Império Universal e seus antípodas: A Ocidentalização do mundo**. São Paulo: Ícone, 1998.
- DI RENZO, A. M. La lengua de nunca acabar: o real da língua e o real da história. In: INDURSKY, F, FERREIRA, M. C. L. (org). **Michel Pêcheux e a análise de discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GUATTARI, F & ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HEINSFELD, Adelar. **Pensamento geopolítico: da geopolítica clássica às novas geopolíticas**. Passo Fundo: Clio, 2008.
- HAESBAERT, R. O Mito da **Desterritorialização: Do “Fim do Território” à Multiterritorialidade**. – 2º Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HANCIAU, Núbia J. **“Entre-lugar”** In: FIGUEIREDO, E. (Org.) **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: GENTILI, Pablo (org). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- MATTELART, A. **História da utopia planetária: da cidade profética à sociedade global**. Trad. Caroline Chang. Porto Alegre: Sulina, 2002. 432 p.
- MOREIRA, Igor A. G. **Construindo o espaço humano**. São Paulo: Ática, 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- _____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas - SP: Pontes, 2005.
- PAIM, Z. M. V. **O movimento dos sentidos: da utopia à conversão**. UFSM. 2009. Disponível em: http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2544. Acesso em: 27 dez 2015.
- PAYER, M. O. Imigração à deriva e efeitos de extraposição discursiva. In: **Análise de Discurso**

em Rede: Cultura e Mídia. Vol. 1. G.B. FLORES; N.R.M. NECKEL; S.M.L. GALLO (Orgs.).Campinas: Ed. Pontes, 2015. Pp. 29-54.

PÊCHEUX, M. 2007.Papel da memória. In: Papel da memória. Campinas, SP: Pontes.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento.** Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo, Editora 34, 1996

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHERER, A. E.; TASCETTO, T. R. O Papel da Memória ou a Memória do Papel de Michel Pêcheux para os Estudos Linguísticos Discursivos. In: **Estudos da Língua(gem).** Michel Pêcheux e Análise de Discurso. Vitória da Conquista, n. 1, jun. 2005.

SOUZA, E. B. C. ; GEMELLI, Vanderléia. **Território, região e fronteira:** análise geográfica integrada da fronteira Brasil /Paraguai. XIV Encontro Nacional da ANPUR (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional). 2011. . Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/>

VARGAS, Rejane A.; MEDEIROS, Caciene Souza de; BECK, Maurício. **Imagensda/na contemporaneidade:** um convite à análise, uma convocação à teoria.

[online]. 2011, no. 17. Volume 2. Disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

viewFile/397/373. Acesso em 18 nov 2015.

Submissão: setembro de 2019.

Aceite: abril de 2020.